



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SCPAR Porto de Imbituba

Ano Referência: 2019

Ano de Elaboração: 2020

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, inciso I e com base nos modelos apresentados pela Instrução Normativa Conjunta SEF/SCC Nº 5, de 28 de maio de 2018, (anexos III e IV, Carta Anual de Políticas Públicas e Carta Anual de Governança, Corporativa; respetivamente), foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e governança corporativa da empresa SCPAR Porto de Imbituba S.A. no ano base de 2019.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
INTERESSE PÚBLICO	5
ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	6
GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	7
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
Produtos e serviços comercializados	8
Receita e lucro por segmento	8
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2019)	11
Execução do Orçamento de investimentos previsto no Plano Anual de Negócios (2019)	12
DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	13
FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	16
Matriz de riscos	16
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	18
REFERÊNCIAS	19

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Identificação Geral	SCPAR Porto de Imbituba S.A.
CNPJ:	17.315.067/0001-18.
Endereço	Av. Presidente Vargas, 100. Centro. Imbituba. CEP: 88780-000.
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	SC Participações e Parcerias S.A.
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Internacional
Sector de Atuação:	Administração de Infraestrutura Portuária
Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores:	Luís Antônio Braga Martins
Auditores Independentes atuais da empresa:	VGA Auditores Independentes SS
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Pilar Sabino da Silva (Presidente) André Machado Coelho Santos Pacheco Alves Márcio Ferreira (suplente da Conselheira Pilar Sabino da Silva) Giglione Edite Zanela Maia (suplente do Conselheiro André Luiz de Rezende) Luiz Felipe Ferreira (suplente do Conselheiro Santos Pacheco Alves)
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:	Enio Alberto Parmeggiani (Presidente) José Roberto Martins (Vice-presidente) Carlos Alberto Crispim Denilse Coelho do Rosário Elivelton Luiz Dore
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	Luís Antônio Braga Martins Fábio dos Santos Riera
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2019:	29 de Julho de 2020

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma empresa de Economia Mista que atua na exploração do Porto de Imbituba, conforme Decreto Estadual nº 1.390, de 14 de fevereiro de 2013.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, em especial, na sua missão: “ser um Porto multipropósito, ambientalmente sustentável, reconhecido pela qualidade no atendimento aos usuários e eficiência na administração”, e em seus valores norteadores, a saber:

- Confiabilidade e eficiência operacional;
- Integração com a sociedade e comunidade portuária;
- Indutor de desenvolvimento regional;
- Transparência na gestão;
- Foco no cliente;
- Responsabilidade ambiental;
- Valorização do capital humano.

Nesse sentido, todas as ações que envolveram os *stakeholders* da SCPAR Porto de Imbituba realizadas no ano de 2019 foram apresentadas no Relatório de Sustentabilidade 2019 da companhia, disponível no Portal da Transparência da empresa.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Governo Federal e do Estado de Santa Catarina, no intuito de consecução de suas finalidades organizacionais, a SCPAR Porto de Imbituba tem como objeto social realizar a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba e de suas instalações portuárias. De acordo com Art. 4º do seu Estatuto Social, para a realização de seu objeto social, compete à mesma desempenhar as seguintes funções:

- I – administrar e operar, diretamente ou mediante contratos de locação, arrendamento ou de outras modalidades contratuais onerosas ou gratuitas, o Porto Organizado de Imbituba e suas instalações portuárias;
- II – estabelecer, onde for necessário ao desempenho de suas atividades, agências, escritórios ou representantes;
- III – captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados na execução de sua programação;
- IV – participar, como sócia ou acionista, de outras entidades públicas ou privadas;
- V – promover a realização de estudos, planos e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção, operação do porto e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- VI – promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento do porto, respectiva infraestrutura de proteção e acesso aquaviário e instalação e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- VII – fiscalizar, dentro dos limites da área do porto sob sua jurisdição ou responsabilidade, a execução das operações portuárias realizadas por terceiros e das obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias, nelas compreendida a infraestrutura de proteção e de acesso aquaviário;
- VIII – praticar todos os atos necessários ao exercício da atividade de administrador portuário, nos termos da legislação de regência da matéria e do convênio de delegação a que está submetida;
- IX – contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e de terceiro setor.

Nesse sentido, a Autoridade Portuária exercida pela SCPAR Porto de Imbituba é executada na forma prevista na Lei Federal nº 12.815/2013.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

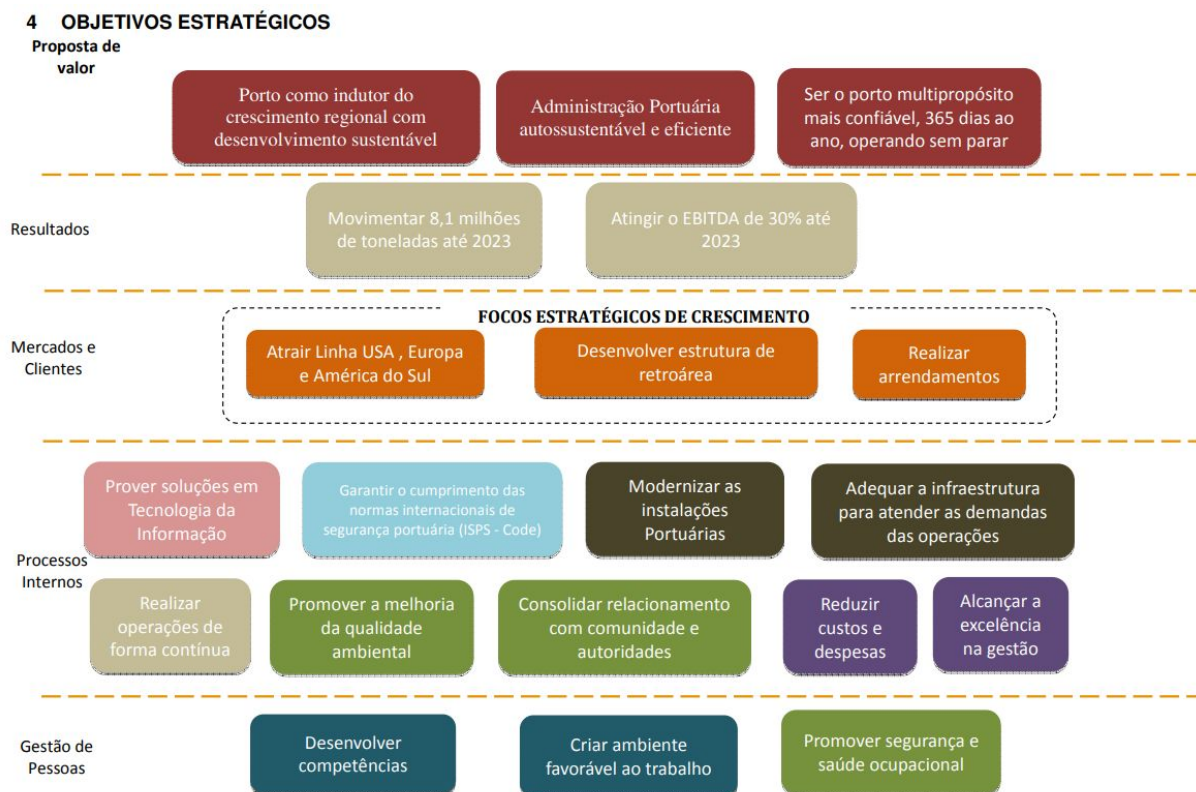
A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma empresa jovem, com pouco mais de sete anos de existência e, nesse período, enfrentou o desafio de encarar um cenário altamente competitivo em meio a uma crise econômica que assolou o país.

A companhia tem buscado aprimorar suas práticas de Governança Corporativa e *Compliance*, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe profissionalismo na gestão pública deste segmento. Para tanto, a empresa editou normas e regulamentos, alterou seu Estatuto Social para incluir obrigações de boas práticas de gestão, elaborou um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, compreendendo princípios, valores e missão da estatal, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude, foi criado um canal de denúncias que possibilita o recebimento de delações internas e externas, atrelado à Ouvidoria Interna da empresa, e implementou políticas de gestão de riscos e *compliance*. Destaque para a participação da empresa no Programa de Integridade e Governança da Secretaria Executiva de Integridade e Governança do estado de Santa Catarina a partir de 2020.

As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a elaboração de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, e a criação de um comitê de elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores ao cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303 de 2016. A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo, da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, relatório socioambiental, dentre outros, prezando sempre pelo bom uso dos recursos públicos.

Algumas de suas principais ferramentas de gestão (Planejamento Estratégico de Longo Prazo e Plano Anual de Negócios), elaborados no âmbito das adaptações à Lei 13.303/16, são desdobramentos dos instrumentos de planejamento de âmbito federal, tais como o Programa Nacional de Logística Portuária (PLNP) e o Plano Mestre do Porto de Imbituba.

Cabe mencionar que os objetivos estratégicos do período 2019-2023 são:



2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.2.1 Produtos e serviços comercializados

As competências institucionais por unidade orçamentária da SCPAR Porto de Imbituba S.A. constituem os produtos e serviços comercializados pela empresa e estão listadas no Art. 4º do seu Estatuto Social, de 15 de outubro de 2018. Tais informações foram apresentadas no item final da sessão anterior.

2.2.2 Receita e lucro por segmento

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. possui 100% (cem por cento) de suas receitas provenientes da exploração da administração da infraestrutura portuária e seu lucro proveniente deste segmento, com exceção das receitas financeiras com aplicações de renda fixa. Suas principais receitas, conforme as Demonstrações Financeiras da SCPAR Porto de Imbituba S.A., compreendem:

- a) Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba.
- b) Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- c) Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- d) Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem.
- e) Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado.
- f) Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres.
- g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.
- h) Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais.
- i) Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme as Demonstrações Financeiras 2019 da SCPAR Porto de Imbituba S.A., publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 29 de Julho de 2020.

Indicador de Desempenho	Registrado	Projetado	Meta	Apurado (2019)		
	2017	2018	2019	Valor	% meta	Observações
Receita Líquida por Tonelada Movimentada (Receita Líquida Total Período)/(Movimentação Total em Toneladas)	R\$ 8,48	R\$ 8,10	<u>R\$ 8,25</u>	R\$ 14,82	179 %	Receitas Extraordinárias de MMC
Gastos totais por Tonelada Movimentada (Custos e Despesas do Período)/(Movimentação Total em Toneladas)	R\$ 6,67	R\$ 5,80	<u>R\$ 5,90</u>	R\$ 6,19	105 %	
Lucratividade Líquida Operacional por Tonelada Movimentada (Lucro Líquido(-)Receitas Não Operacionais)/(Movimentação Total em Toneladas)	R\$ 1,49	R\$ 2,00	<u>R\$ 2,10</u>	R\$ 2,52	120 %	
EBITDA Sem Receitas de Arrendamento MMC	12,85 %	15 %	<u>15,00 %</u>	15 %	100 %	
EBITDA em % Sobre a Receita Líquida						
Margem Líquida Lucro Líquido em % Sobre a Receita Líquida	22,79%	53 %	<u>45,00 %</u>	44 %	98 %	
Margem Líquida (Sem Receitas MMC) Lucro Líquido em % Sobre a Receita Líquida (-) Receitas MMC	12,43 %	14 %	<u>14,00 %</u>	24 %	171 %	Aumento das Receitas Operacionais, Cancelamento Descontos
Movimentação Operacional Total em Milhares de Toneladas	4.483	5.150	<u>5.560</u>	5.761	104 %	

2.3.1 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2019)

ORÇAMENTO OPERACIONAL (Em Milhares de Reais - R\$)		Apurado	
	<i>(Moderado)</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
1. RECEITA BRUTA TOTAL	97.124	105.012	108 %
1.1 RECEITAS TOTAIS	97.124	105.012	108 %
1.1.1 Receitas da Operação Portuária	46.828	53.451	114 %
1.1.2 Receitas Take or Pay e Financeiras	50.296	51.561	103 %
2. TRIBUTOS	25.510	32.310	127 %
2.1 IMPOSTOS INCIDENTES	25.510	32.310	127 %
2.1.1 Impostos Sobre Receitas	12.971	13.002	100 %
2.1.2 Impostos Sobre o Lucro	12.539	19.308	154 %
3. CUSTOS E DESPESAS	47.273	35.710	76 %
3.1 ADMINISTRATIVO	21.968	19.457	89 %
3.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	17.242	15.497	90 %
3.1.2 Publicidade e Propaganda	1.540	550	36 %
3.1.3 Outras Despesas	3.186	3.410	107 %
3.2 INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA	12.821	6.733	53 %
3.2.1 Custeio Infraestrutura e Engenharia	12.821	6.733	53 %
3.3 MEIO AMBIENTE	5.568	3.417	61 %
3.3.1 Custeio com Meio Ambiente	5.568	3.417	61 %
3.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.070	849	79 %
3.4.1 Custeio Tecnologia da Informação	1.070	849	79 %
3.5 OPERAÇÕES PORTUÁRIAS	1.296	1.217	94 %
3.5.1 Custeio Operações Portuárias	1.296	1.217	94 %
3.6 SEGURANÇA PORTUÁRIA	4.550	4.037	89 %
3.6.1 Custeio Segurança Portuária	4.550	4.037	89 %
4.RESULTADO LÍQUIDO	24.341	36.992	152 %
4.1 Dividendos a Distribuir	6.085	9.248	152 %
4.2 Lucro Retido	18.256	27.744	152 %

2.3.2 Execução do Orçamento de investimentos previsto no Plano Anual de Negócios (2019)

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS (Em Milhares de Reais - R\$)		Valores apurados 2019	
		Valor	Percentual
INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	15.500	3.629	23,41 %
1. Recuperação Estrutural do Cais III	10.000	672	6,72 %
2. Construção Nova Portaria IV	5.000	-	-
3. Reforma Armazém - Centro Multiuso e Auditório	1.530	1.161	75,88 %
4. Reforma da Torre de Controle - Unidade de operações	850	-	-
5. Reforma dos Prédios - Almoxarifado Central	1.600	1.222	76,38 %
6. Base de Apoio Polícia Militar - Casa de Hóspedes	700	-	-
7. Recuperação Tanques Terminal de Granéis Líquidos	2.143	-	-
8. Construção de Cercamentos Internos e Externos	200	-	-
9. Equipamentos de Sinalização Náutica	700	469	67,00 %
10. Construção de Sistema de Combate a Incêndio	1.300	-	-
11. Plataforma Flutuante Polícia Federal	400	-	-
12. Data Center e Centro Tecnológico	500	-	-
13. Central de Resíduos	500	-	-
14. Pavimentação Área do Berço I	1.300	-	-
15. Iluminação em Geral do Porto	1.150	-	-
16. Outros Investimentos em Infraestrutura	600	105	17,50 %
INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA	2.020	233	11,53 %
1. Equipamentos Data Center	600	-	-
2. Software ERP Aduaneiro	700	-	-
3. Equipamentos CFTV e Controle de Acesso	360	110	30,56 %
4. Equipamentos Hardware	360	123	34,17 %
OUTROS INVESTIMENTOS	1.872	852	45,51 %
1. Equipamentos de Ar Condicionado	120	-	-
2. Aquisição de Trator e Varredoura	240	98	40,83 %
3. Aquisição de Mobiliários	500	62	12,40 %
4. Aquisição de Radar Móvel	80	-	-
5. Compra de Veículos	240	-	-
6. Aquisição de Caminhão de Resgate a Emergência	692	692	100,00 %
TOTAL DE INVESTIMENTOS PREVISTOS	32.365	4.714	14,57 %

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2017, 2018 e 2019 apresenta-se a partir dos quadros 04, 05 e 06, logo abaixo:

Quadro 04 - Descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2017

Órgão	Remunerado		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (CONSAD)	Conselho Fiscal (CONFINS)
Número total de membros	3	8	3
Número de membros remunerados	3	8	3
Remuneração fixa anual, segregada em:			
*Salário ou pró-labore	R\$ 1.001.458,11	R\$ 182.899,33	R\$ 92.350,11
*Benefícios diretos e indiretos	R\$ 30.156,00	Não há	Não há
*Remuneração por participação em comitês	Não há	Não há	Não há
*Outros	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável, segregada em:			
*Bônus	Não há	Não há	Não há
*Participação nos resultados	Não há	Não há	Não há
*Remuneração por participação em reuniões	Não há	Não há	Não há
*Comissões	Não há	Não há	Não há
*Outros	Não há	Não há	Não há
*Diárias/ajuda de custo	R\$ 79.571,00	R\$ 31.097,50	R\$ 6.150,00
Benefícios pós-emprego	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	Não há	Não há	Não há

Fonte: SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Quadro 05 - Descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2018

Órgão	Remunerado		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (CONSAD)	Conselho Fiscal (CONFINS)
Número total de membros	3	9	3
Número de membros remunerados	3	9	3
Remuneração fixa anual, segregada em:			
*Salário ou pró-labore	R\$ 1.041.557,10	R\$ 287.987,22	R\$ 95.995,74
*Benefícios diretos e indiretos	R\$ 38.160,00	Não há	Não há
*Remuneração por participação em comitês	Não há	Não há	Não há
*Outros	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável, segregada em:			
*Bônus	Não há	Não há	Não há
*Participação nos resultados	Não há	Não há	Não há
*Remuneração por participação em reuniões	Não há	Não há	Não há
*Comissões	Não há	Não há	Não há
*Outros	Não há	Não há	Não há
*Diárias/ajuda de custo	R\$ 111.435,00	R\$ 58.370,00	R\$ 4.810,00
Benefícios pós-emprego	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	Não há	Não há	Não há

Fonte: SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Quadro 06 - Descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2019

Órgão	Remunerado		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (CONSAD)	Conselho Fiscal (CONFINS)
Número total de membros	2	9	3
Número de membros remunerados	2	9	3
*Salário ou pró-labore	R\$ 975.785,71	R\$ 294.749,76	R\$ 98.370,81
*Benefícios diretos e indiretos	R\$ 48.430,54	Não há	Não há
*Remuneração por participação em comitês	Não há	Não há	Não há
*Outros	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável, segregada em:			
*Bônus	Não há	Não há	Não há
*Participação nos resultados	Não há	Não há	Não há
*Remuneração por participação em reuniões	Não há	Não há	Não há
*Comissões	Não há	Não há	Não há
*Outros	Não há	Não há	Não há
*Diárias/ajuda de custo	R\$ 76.290,00	R\$ 61.855,00	R\$ 3.640,00
Benefícios pós-emprego	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	Não há	Não há	Não há

Fonte: SCPAR Porto de Imbituba S.A.

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucional advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2019-2023 da SCPAR Porto de Imbituba S.A. detêm os macro fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise fora brevemente qualificada de modo a suprir os itens cabidos a esta seção e pode ser observada por meio do quadro 07:

Quadro 07 - Análise de Riscos Institucional da SCPAR Porto de Imbituba

OBJETIVOS MACROS	FRAQUEZAS AMEAÇAS	RISCOS POSSÍVEIS	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPOSTA AOS RISCOS
Movimentar 8,1 milhões de toneladas até o ano de 2023.	• Possibilidade de cliente operar em outro terminal; • Aumento da capacidade prevista em portos concorrentes; • Inferência das agências reguladoras e órgãos intervenientes.	• Redução do número de clientes; • Redução do número de cargas movimentadas; • Diminuição da produtividade; • Diminuição da arrecadação de impostos; • Redução na oferta de emprego.	• Moderada.	• Alto.	• Buscar constantemente outros tipos de carga; • Aumentar o volume de movimentação nas cargas atuais; • Investimentos no TGL e Terminal de grãos; • Aumentar a produtividade operacional.
Atingir o EBITDA de 30% até o ano de 2023.	• Reequilíbrio econômico financeiro do contrato da Santos Brasil; • Proximidade à comunidade pesqueira, à APA e ao centro da cidade.	• Diminuição da receita; • Aumento dos custos vinculados às ações ambientais.	• Alta. • Baixa. .	• Alto. • Moderado.	• Readequar a estrutura de custos/despesas e investimentos; • Rever a Estratégia; • Iniciativas socioambientais com as comunidades do entorno portuário.
Atrair a Linha USA, Europa e América do Sul.	• Proximidade a outros terminais e ampla concorrência no mercado de contêineres; • Criação de novos terminais privados (TUPs) ou outros portos.	• Redução do número de clientes; • Perda de competitividade.	• Moderada.	• Alto.	• Monitorar mensalmente a movimentação do mercado; • Executar plano de contingência.
Desenvolver estrutura de retroárea.	Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba (PDDSI) desatualizado.	• Dificuldade no processo de atração de empreendimentos e investimentos.	• Moderada.	• Alto.	• Buscar junto ao poder público municipal a atualização do Plano Diretor.
Realizar arrendamentos.	• Burocracia na tramitação dos processos nos órgãos federais.	• Não concretização dos arrendamentos previstos (dentro do prazo); • Dificuldade de atingir as metas propostas no longo prazo.	• Moderada.	• Alto.	• Buscar junto à SNP (Poder Concedente) a delegação de competência para a elaboração do edital e a realização dos procedimentos licitatórios; • Rever o Planejamento Estratégico.

Fonte: SCPAR Porto de Imbituba S.A.

3.MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A. declara que aprovou nesta data, em sua 62ª reunião, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2019, conforme os incisos I, II e VII do Art. 8 da Lei 13.303/2016, de 30/07/2016.

Imbituba, 22 outubro de 2020

Enio Alberto Parmeggiani (Presidente)
Presidente do Conselho de Administração

José Roberto Martins
Vice-presidente do Conselho de Administração

Carlos Alberto Crispim
Conselheiro

Denilse Coelho do Rosário
Conselheiro

Elivelton Luiz Dore
Conselheiro

Leandro Schiefler Bento
Conselheiro

Sergio Luiz Cury Carazza
Conselheiro

Luís Antônio Braga Martins
Diretor Presidente

Fabio dos Santos Riera
Diretor

REFERÊNCIAS

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de**

Acionista Único: 15 de outubro de 2018. Disponível em:

<<http://transparencia.portodeimbituba.com.br/gestao/atas-de-reuniao/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SCPAR Porto de Imbituba S.A.: 2019-2023.** Porto de Imbituba: Imbituba, 2019.

_____. **Plano de Negócios Anual 2019.** Porto de Imbituba: Imbituba, 2019.

_____. **Portal da Transparência:** despesas da empresa. Disponível em:

<http://transparencia.portodeimbituba.com.br/cpt_despesa/despesas-da-empresa/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

_____. **Portal da Transparência:** receitas da empresa. Disponível em:

<<http://transparencia.portodeimbituba.com.br/receitas/receitas-da-empresa/>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2019 da SCPAR Porto de Imbituba S.A.**

Disponível em: <<http://transparencia.portodeimbituba.com.br/gestao/gestao-ambiental/>>.

Acesso em: 17 set. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (SNPTA).

Plano Mestre: Complexo Portuário de Imbituba. 2018. Disponível em:

<http://www.transportes.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_completa/pm12.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.